

## A questão universitária no Brasil e o desafio da inclusão social<sup>1</sup>

### The university issue in Brazil and the challenge of social inclusion

Recebido: 12/02/2022 | Aceito: 15/06/2022 | Publicado: 20/06/2022

#### Samuel Costa da Silva<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-6376-7880>

 <http://lattes.cnpq.br/3112932557993212>

Centro Universitário Processus - UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: samuelcosta1@yahoo.com.br

#### Mônica Gontijo da Silva<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-3074-6340>

 <http://lattes.cnpq.br/6228147648635464>

Universidade Católica de Brasília UCB, DF, Brasil

E-mail: gontijo.monica@gmail.com

#### Resumo

O ensino superior no Brasil tem como desafio, a inclusão social de alunos oriundos de camadas sociais carentes. A inserção desses alunos no meio universitário precisa considerar a autonomia do ensino superior, bem como a escolaridade deficiente dessas camadas sociais. Além disso, há ainda a insuficiência de recursos financeiros, por parte desses alunos, que precisa ser contornada para que a inclusão social se estabeleça. Não se pode esquecer do Ensino à Distância, que favoreceu um maior número de matrículas de estudantes pobres, uma vez que as disciplinas ofertadas nessa modalidade são menos onerosas que as disciplinas presenciais. As políticas públicas de ações afirmativas definitivamente contribuíram para a inclusão social no ensino superior brasileiro.

**Palavras-chave:** Ensino superior. Inclusão social. Ações afirmativas. Escolaridade.

#### Abstract

*Higher education in Brazil has as a challenge the social inclusion of students from underprivileged social strata. The insertion of these students in the university environment needs to consider the autonomy of higher education, as well as the deficient schooling of these social strata. In addition, there is still a lack of financial resources on the part of these students which needs to be circumvented so that social inclusion can be established. One cannot overlook Distance Learning, which favored a greater number of enrollments of poor students, since the subjects offered in this*

<sup>1</sup> A revisão linguística foi realizada por: Lucas Gontijo.

<sup>2</sup> Graduado em Teologia pelo Centro Universitário Filadélfia - UniFil, Mestre em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília - FTBB, Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB, Pós-doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB.

<sup>3</sup> Graduada em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília - UCB.

*modality are less expensive than the face-to-face subjects. Public affirmative action policies have definitely contributed to social inclusion in Brazilian higher education.*

**Keywords:** Higher education. Social inclusion. Affirmative action. Schooling.

### **Resumen**

*La educación superior en Brasil tiene como desafío la inclusión social de estudiantes de estratos sociales desfavorecidos. La inserción de estos estudiantes en el ámbito universitario necesita considerar la autonomía de la educación superior, así como la deficiente escolarización de estos estratos sociales. Además, todavía existe una falta de recursos económicos por parte de estos estudiantes, que es necesario sortear para que se pueda establecer la inclusión social. No se puede olvidar la Educación a Distancia, que favoreció una mayor matrícula de estudiantes pobres, ya que las asignaturas que se ofrecen en esta modalidad son menos costosas que las presenciales. Las políticas públicas de acción afirmativa definitivamente contribuyeron para la inclusión social en la educación superior brasileña.*

**Palabras clave:** Educación superior. Inclusión social. Acción afirmativa. Escolarización.

### **Introdução**

O ensino superior é uma questão altamente desafiadora, principalmente considerando que o Brasil é um país novo, tendo pouco mais de 500 anos de existência, com dimensões continentais e uma população acima de 200 milhões, sendo boa parte constituída de jovens. De acordo com o PNAD de 2019, no Brasil há 47 milhões de jovens com idade entre 16 e 25 anos, todos potencialmente alcançáveis pelo ensino superior. Contudo, no Brasil é muito difícil ao jovem ingressar no ensino universitário, principalmente numa instituição de ensino superior pública.

Antes de prosseguir na análise da questão universitária brasileira, faz-se necessário uma breve introdução sobre a origem da universidade, para entender o seu propósito original. É preciso considerar a origem da universidade, assim que começou a ganhar forma fora dos mosteiros e centros de estudos religiosos para, posteriormente, analisar o seu alcance junto aos mais carentes socialmente.

A origem da universidade passa por quatro períodos, de acordo com Trindade. O primeiro deles pode ser observado, a partir do século XII até o Renascimento. A Universidade, portanto, nasce na Idade Média. Nesse tempo, imperava a chamada “Idade das Trevas”, termo adotado pelos humanistas do século XVII, para definir o período de quase absoluta ignorância que vigorou na Europa, entre os séculos IV ao XV. Com o declínio do Império Romano, logo nos primeiros séculos da era cristã, culminando com sua efetiva queda em 476 d.C, há uma gradativa deterioração não apenas dos territórios abarcados pelo império romano, mas também de sua cultura e economia. A Idade das Trevas foi assim denominada por ser um período obscuro para os historiadores, diante dos poucos registros históricos de produções de conhecimento. Nesse tempo é que surge a Universidade, a partir de iniciativas precursoras em Paris e Bolonha, sendo Bolonha considerada a Universidade mais antiga do mundo, fundada em 1088, e a Universidade de Paris (Sorbonne), fundada em 1214,

a segunda universidade mais antiga do mundo. Ambas surgiram com o propósito de trazer luz, isto é, a razão, àqueles que viviam na idade das trevas; trevas estas, consideradas pelo movimento iluminista, como sendo a ignorância, que permeava a sociedade de então.

O segundo período tem início no século XV, época em que o ensino renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do pré-capitalismo e do humanismo literário, além das artes. O capitalismo, propriamente dito, ainda haveria de se instalar com toda sua força alguns séculos mais tarde, a partir da Revolução Industrial. Contudo, já se mostrava condutor de mudanças culturais, no que se pode denominar de pré-capitalismo, observado ainda no período feudal. As universidades surgidas nessa época sofrem os efeitos da Reforma Protestante e da Contrarreforma.

O terceiro período definido como importante para o estabelecimento da universidade tem início no século XVII e, principalmente, a partir do século XVIII, quando a razão é valorizada a partir do aferimento científico como fator preponderante para explicação dos fenômenos sociais e da produção do saber. Nesse período, a universidade se consolida, “a partir da valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e tolerância religiosa e o início da revolução industrial inglesa”. É nessa época que a universidade dá início à institucionalização da ciência em modelos que desenvolver-se-ão mais tarde, no século XIX. Augusto Comte, com sua proposta de aferimento científico, que ficou conhecida como Positivismo, foi de grande influência nessa fase da universidade, na busca do conhecimento por meio do método científico.

Por fim, o quarto período, que acaba por institucionalizar a universidade moderna tem início no século XIX, principalmente com a Revolução Industrial, que exigiu desdobramentos do saber de ordem lógica e científica, não mais prevalecendo quaisquer conhecimentos tipicamente empíricos, que muitas vezes eram eivados de crenças e superstições culturais. A universidade moderna deixa de lado a metafísica, na qual a argumentação filosófica era o fator principal para se comprovar um fenômeno e adota exclusivamente o aferimento científico, no qual a lógica e a razão prevalecem.

### **A questão universitária no Brasil e o desafio da inclusão social**

A partir do século XX, se estabelece uma nova relação entre a universidade e o Estado. Agora, o Estado passa a definir as regras da pesquisa e da docência no ensino superior. Mesmo as instituições não públicas passam a ser reguladas pelo Estado. O entendimento agora, é o de que as pessoas, ricas ou pobres, bem estabelecidas nas cidades ou camponeses em seu trabalho agrícola, devem libertar-se das crendices, superstições e ignorância, perpetuadas ao longo dos séculos, para que as pessoas de quaisquer estratos sociais possam se estabelecer de modo digno na sociedade.

### **Autonomia do ensino superior**

Outro desafio relativo ao ensino superior diz respeito à autonomia de sua gestão, que conseqüentemente influencia nos desdobramentos da pesquisa e do ensino, atingindo, em última análise, o corpo discente. Alunos de instituições privadas e instituições públicas têm perspectivas distintas, desde a consecução dos cursos até à execução das pesquisas.

A universidade, a despeito de sua origem em busca do conhecimento científico, tornou-se um ambiente desafiador, principalmente no contexto brasileiro, no qual, os recursos para a educação geralmente são reduzidos diante dos imensos desafios sociais. De início, um grande problema verificado no ensino superior brasileiro diz respeito à autonomia da universidade, considerando a universidade pública e a universidade privada.

Há diferenças marcantes entre a universidade pública e a universidade privada no contexto brasileiro, principalmente quando se trata da autonomia, uma vez que o capital privado requer lucro e, nem sempre uma pesquisa traz ganhos em curto ou médio prazo. Assim, questiona-se a autonomia da universidade privada, quando sua motivação principal, além da educação, é a geração de lucros para tornar o sistema eficiente.

Em se tratando do setor privado, onde também estão as instituições de caráter particular, estas se definem basicamente como instituições com fins lucrativos. Muitas delas são fundadas por proprietários ou mantenedores que não são oriundos do meio educacional, mas, ao contrário, têm suas origens e formação no campo empresarial ou político.

No que diz respeito ao ensino superior, o Brasil tornou-se singular em relação ao contexto hispânico-americano. Enquanto os colonizadores instalavam universidades ibero-americanas no continente latino, o Brasil também recebia suas instituições de ensino superior, apesar de não terem a mesma autonomia que as demais, espalhadas pelo continente.

Apenas em 1920, por meio do Decreto nº 14.343, é que foi criada a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro.<sup>4</sup> O nome “universidade”, configurando um conjunto de escolas de ensino superior passou a ser utilizado nessa época. Isso não significa que não houvesse ensino superior no Brasil nos séculos anteriores. Várias outras faculdades isoladas já prestavam o seu serviço, quando a primeira universidade surgiu no Brasil.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, a falta de profissionais de saúde era tão aguda que levou à fundação das duas primeiras escolas médicas do país, em 1808 e em 1808-1809, as Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e sua homônima do Rio de Janeiro.<sup>5</sup>

As universidades brasileiras, portanto, surgem tardiamente e sem a autonomia universitária que outras universidades hispânico-americanas gozavam, a ponto de inserirem essa autonomia no próprio nome, como se pode ver na Universidade Autônoma do México.

Excetuando-se as universidades paulistas (USP, UNICAMP e UNESP), que tinham autonomia para pesquisa e planejamento docente, as demais universidades brasileiras jamais tiveram autonomia administrativa ou de gestão financeira. Apesar do princípio da autonomia universitária ter sido prescrito na Constituição brasileira de 1988, tal princípio acabou não sendo aplicado às instituições federais, enquanto as

<sup>4</sup> SOUZA, 2019, pg.01.

<sup>5</sup> BARRETO, 2007, pg. 04.

universidades privadas desfrutavam de autonomia plena, sem qualquer interferência governamental.

Obviamente, quem injeta recursos no sistema universitário busca resultados. O capital público e o capital privado esperam que a pesquisa patrocinada efetivamente ocorra e traga benefícios para a população. Assim, realizar pesquisas é uma atribuição da Universidade, visando ao benefício da população. Contudo, o custo da pesquisa é alto e dificilmente pode ser realizado, se não houver incentivo financeiro por parte do Estado, que, por sua vez, controlará sua gestão. Os recursos das instituições públicas federais cobrem praticamente todo o orçamento necessário para a manutenção das universidades públicas.

As instituições públicas federais (...) utilizam recursos públicos para a sua manutenção, ou seja, o governo federal é o seu principal mantenedor, já que nelas o ensino é gratuito e somente cerca de 3,5% do orçamento global é constituído por recursos diretamente por elas arrecadados.<sup>6</sup>

As instituições de ensino superior privadas, por sua vez, têm toda a sua fonte de financiamento provida do pagamento das mensalidades por parte dos próprios alunos, tanto para os cursos de graduação como para os cursos de pós-graduação, o que significa um percentual em torno de 95 a 100% dos recursos captados. Apenas algumas poucas instituições privadas recebem apoio de mantenedores que podem ser membros da sociedade civil, como a Fundação Ford, por exemplo, ou ordens religiosas, como as Pontifícias Universidades Católicas, no Brasil denominadas de PUCs.

As instituições privadas não podem receber recursos públicos para sua manutenção, porém, podem apresentar e concorrer a financiamentos públicos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de pós-graduação. Contudo, a forte atuação das instituições de caráter público, na captação de recursos, torna muito difícil o pleito das instituições privadas. Assim, o percentual de sucesso ainda é bastante baixo.

### **Escolaridade deficiente**

Não são poucos os problemas que acompanham o ingresso do estudante no ensino superior, quando se trata de analisar a situação brasileira. A reprovação, a distorção idade-série e o abandono escolar são barreiras educacionais que afetam intensamente o ensino superior no Brasil.

Em 2020, quando a pandemia da Covid-19 se iniciava, impedindo a realização de atividades presenciais, o Conselho Nacional de Educação recomendou que as reprovações fossem evitadas, o que pode ser verificado no Parecer nº 11, de 07 de julho de 2020 do CNE.<sup>7</sup> A despeito da referida recomendação, ainda se verificou uma alta taxa de reprovação de estudantes em todo o país, de acordo com o Censo Escolar de 2021, divulgado pelo INEP.<sup>8</sup> Boa parte dessas reprovações teve como causa, o baixo nível escolar, associado a outras deficiências que afetam o aluno, como moradia distante do núcleo educacional, a precariedade de instrumentos educacionais que

<sup>6</sup> NEVES *in* DWYER, 2016, Pg. 103.

<sup>7</sup> CNE, PARECER CNE/CP Nº: 11/2020, 2020.

<sup>8</sup> INEP, 2021.

apoiem o estudante e insuficiência de recursos financeiros para o financiamento de material de apoio. Tais fatores fazem com que o problema brasileiro se agrave.

O estudante brasileiro que consegue entrar no ensino superior tem que desbravar uma infinidade de desafios para conquistar uma vaga, geralmente numa instituição privada, pois seus recursos financeiros o impedem de ingressar em boas escolas preparatórias, que se destacam pelo notório nível de aprovação. Uma vez tendo que estudar em escolas públicas, cujo rendimento educacional é inferior ao das escolas privadas de ensino fundamental e médio, o estudante de classe social economicamente desfavorecida, acaba tendo que optar pela instituição privada. Assim, esse estudante acaba tendo que trabalhar durante o turno diurno para estudar no período noturno. Essa, na verdade, é praticamente a sua única opção do estudante de classe baixa, salvo algumas exceções de alunos autodidatas, que num esforço hercúleo, conseguem romper a barreira do ingresso numa universidade pública.

Segundo dados do portal QEDu, 26% dos alunos do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) têm atraso escolar de dois ou mais anos. No ensino médio, a situação não é melhor: em torno de 27% dos estudantes têm dois ou mais anos de atraso escolar.<sup>9</sup> Inserir esse aluno na universidade pública ou privada é um grande desafio do Estado e da Sociedade, pois o futuro de uma Nação depende de uma qualificada formação profissional de sua população.

Não bastassem as reprovações pelos mais diversos fatores, entre os quais se destaca o de ordem financeira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB recomenda a reprovação do aluno, quando este estiver com um número alto de dependências nas mais diversas disciplinas, quando ele não conseguir desempenho satisfatório em nova avaliação, durante o exercício letivo e não conseguir demonstrar, nas avaliações em curso, pelo menos 50% da aprendizagem.

A partir das diretrizes da LDB, o consenso entre o corpo docente tornou-se cooperar para que os alunos pudessem superar suas deficiências e, assim, galgarem as séries subsequentes com sucesso. Conquanto, a ideia inicial fosse a de não atrasar o aluno, ao longo de sua jornada estudantil, entendendo que esse aluno poderia recuperar sua deficiência de uma área específica, enquanto seguia nas séries subsequentes, tal medida paradoxalmente provocou o efeito colateral de permitir que alunos deficientes acabassem concluindo o ensino médio, dificultando posteriormente seu ingresso no ensino superior. Os números mais recentes revelam que, a despeito de todo esforço docente, para que os alunos superassem suas deficiências, ainda assim, em 2019, 2,1 milhões de estudantes foram reprovados no Brasil. Nesse mesmo ano, mais de 620 mil alunos abandonaram a escola e mais de 6 milhões estavam em distorção idade-série.<sup>10</sup>

Certamente, a não reprovação não necessariamente atesta que o aluno se tornou apto diante de suas deficiências, mas tão somente, que ele foi poupado de repetir toda a série por causa de algumas disciplinas deficitárias. Esse dado deve ser considerado, quando se analisa o ensino superior brasileiro, na busca da compreensão do nível deficitário com o qual, parte considerável do corpo discente ingressa no ensino superior.

---

<sup>9</sup> QEDu, 2022.

<sup>10</sup> UNICEF, 2021.

### **Insuficiência de recursos financeiros**

A maioria dos estudantes brasileiros é oriunda de classe social inferior, sem recursos financeiros suficientes para custear os próprios estudos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) revelam que em 2019, a proporção de brasileiros em situação de extrema pobreza era de 6,5%. Em números absolutos, o Brasil tinha, em 2019, 13,6 milhões de pessoas nesta faixa social. Um pouco antes, em 2014, havia 4,7 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, o que é um dado significativo, considerando que são considerados extremamente pobres pelo IBGE aqueles que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia.

Mike Davis, em sua análise sobre a favelização do mundo, texto publicado originalmente em 2006, traça um quadro preocupante acerca do avanço da pobreza no mundo. Já naquela época os dados colhidos por Davis apontavam que no Brasil havia 51,7 milhões de pessoas vivendo em favelas, sejam nos morros dos grandes centros urbanos ou nas margens ribeirinhas de grandes rios, como o rio Amazonas, o que significava à época o percentual de 36,6% da população brasileira.<sup>11</sup>

Em 2019, o número de brasileiros vivendo na linha da pobreza continua alto, ainda em 51,7 milhões de pessoas. Contudo, em termos proporcionais, tal número hoje equivale a 25% da população brasileira, o que já é um avanço, em relação aos dados apresentados por Davis no início da década de 2000. Contudo, apesar de proporcionalmente, em relação à população brasileira, os dados atuais indicarem números menores de pobreza em relação há 20 anos, ainda assim é um fato preocupante, pois 1/4 da população brasileira vive de forma precária, praticamente sobrevivendo dia a dia. Portanto, um em cada quatro brasileiros são pobres e têm dificuldade de ingresso no sistema educacional, principalmente no ensino superior.

Obviamente, a pobreza prejudica o ingresso do estudante no campo dos estudos. Não há a opção de obtenção de escolaridade para famílias pobres, pois cada membro da casa é imprescindível para captação de recursos para sobrevivência diária, sejam crianças, adolescentes ou jovens. Todos precisam trabalhar, o que ocorre geralmente em atividades ligadas aos subempregos, para que as necessidades mínimas e básicas sejam atendidas. Estudar, portanto, torna-se uma opção inexecutável numa família pobre, de baixa renda econômica.

Os poucos indivíduos que quebram a barreira da pobreza ou extrema pobreza e ingressam numa instituição de ensino superior, seja ela privada ou pública, acabam enfrentando outros grandes desafios, pois a manutenção dos estudos durante um curso de graduação não é tarefa simples para estudantes oriundos de famílias pobres. Custear alimentação, transporte, livros e apostilas, a utilização de equipamentos como computadores e celulares - hoje imprescindíveis para a realização de pesquisa, mostrar-se-ão barreiras muito altas para a classe social menos favorecida economicamente.

### **Ensino à Distância**

De acordo com o Ministério da Educação, a Educação a Distância (EAD) foi legitimada a partir do Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, revogado pelo

---

<sup>11</sup> DAVIS, Mike. 2006, pg. 34.

Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2012, que regulamentou o artigo 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.<sup>12</sup> Os Decretos 5.773/2006 e 6.303/2007 foram regulamentados pelo Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que trata das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.<sup>13</sup>

O ensino à distância trouxe em seu bojo facilidades e dificuldades ao processo ensino-aprendizagem. Tanto o corpo discente, quanto o docente necessita vencer alguns desafios advindos do ensino à distância. Certamente, o aluno matriculado numa instituição de ensino superior recebe algumas vantagens nessa modalidade, principalmente, ao considerar que a maioria dos alunos de uma IES privada tem dificuldades financeiras próprias, uma vez que boa parte desses alunos é oriunda de baixas classes sociais, o que geralmente os leva a trabalhar num dos turnos para complementar renda e, assim, conseguir pagar as mensalidades.

Alguns pontos positivos do ensino à distância podem ser elencados, favorecendo assim a inclusão social de alunos que, de outra maneira, não teriam a oportunidade de se inserir no ensino superior. O primeiro desses pontos positivos é a facilidade de horário. O aluno pode matricular-se em disciplinas ofertadas na modalidade EAD, de acordo com seus horários. Essa facilidade de horário permite ao aluno, matricular-se num maior número de disciplinas, de acordo com a sua agenda e horários. Além disso, o ensino à distância leva o ensino a lugares remotos, de difícil acesso, nos quais dificilmente uma IES se instalaria de modo físico. Portanto, o EAD democratiza o acesso ao ensino, pois permite que alunos adquiram conhecimento, antes, impossível a eles.

Outro ponto positivo ao corpo discente é o custo da disciplina. Uma estrutura à distância custa bem menos, tanto para a instituição que a promove, quanto para os alunos. As mensalidades podem chegar a ser 70% mais baratas do que as mensalidades de cursos presenciais. Além de uma mensalidade menor, o aluno de baixa renda ainda economiza tempo e dinheiro com transporte, alimentação, e a manutenção do vestuário. Até mesmo o uso de roupas variadas, necessárias para frequentar um curso presencial, também tem custos ao aluno, pois - mesmo que pareça ínfima - a economia com eletricidade, água e sabão gastos para a manutenção de um vestuário limpo e em bom estado fazem diferença, ao final de três ou quatro anos de estudo.

É preciso considerar ainda, que os cursos EAD, de instituições reconhecidas pelo MEC, têm diploma com o mesmo valor dos cursos presenciais. Portanto, os pontos positivos do EAD não podem ser desconsiderados, pois facilitam o acesso do aluno ao ensino superior, principalmente do aluno, cuja situação social é mais frágil e economicamente carente.

Atualmente, há no Brasil, de acordo com o Inep, um crescimento vertiginoso do ensino à distância. Dos mais de 3,7 milhões de alunos ingressantes no ensino superior 2020, em instituições públicas e privadas, mais de 2 milhões (53,4%) optaram por cursos à distância e 1,7 milhão (46,6%), pelos presenciais.<sup>14</sup> Portanto, o aumento de matrículas em cursos oferecidos na modalidade EAD indica que o acesso foi facilitado,

<sup>12</sup> BRASIL, 2017 (a).

<sup>13</sup> BRASIL, 2017 (b).

<sup>14</sup> INEP, 2020.

principalmente ao aluno de menor recurso econômico e morador de periferia dos grandes centros urbanos.

### **Políticas públicas de ações afirmativas**

As ações afirmativas fazem parte das políticas públicas que visam à reparação social de algum segmento da sociedade. Alunos com histórico de exclusão social são alvos das políticas públicas de ações afirmativas.

O termo Políticas Públicas remete às Ciências Políticas. A partir da segunda metade do século XX, a produção acadêmica estadunidense e europeia gastou tempo em estudos que tinham como objetivo explicar o papel do Estado, diante da sociedade. Assim, pode-se concluir que “as políticas públicas estão diretamente associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade”.<sup>15</sup>

As ações afirmativas fazem parte das políticas públicas que visam à reparação de exclusão social, ocorrida historicamente no Brasil, ao longo dos anos. Ações afirmativas, portanto, são políticas públicas dirigidas a grupos que sofrem discriminação social, étnica, de gênero ou mesmo religiosa. As políticas afirmativas, em última análise, têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso às oportunidades que a Sociedade sempre teve acesso. Assim, as ações afirmativas são políticas públicas, cujo objetivo é a eliminação de desigualdades sociais, sejam de fundo política, social ou econômica entre grupos de uma determinada sociedade. A premissa básica das ações afirmativas é promover igualdade de acesso a oportunidades.

As ações afirmativas na área de políticas sociais envolvem: bolsas, auxílios, reserva de vagas prioritárias em programas de habitação, creches, empréstimos a grupos carentes, redistribuição de terras a povos sem-terra, cotas em diversos níveis de ensino e em concursos públicos, estímulo às empresas para contratação de pessoas pertencentes a grupos sociais discriminados e, mesmo, preferência em contratos públicos.

Além da dimensão material, oportunizada principalmente pelo acesso à educação, ao emprego, à habitação e aos meios de subsistência, as ações afirmativas englobam também a dimensão simbólica e cultural por meio de políticas de proteção a estilos de vida de povos tradicionais, como: povos indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos.<sup>16</sup>

Alunos que comprovadamente foram excluídos de uma educação de qualidade, por fatores de ordem social, são alvos das políticas de ações afirmativas. Para tanto, o aluno precisa comprovar ausência de renda ou discriminação social por causa de sua etnia.

A partir da década de 2000, foram desenvolvidas ações afirmativas para a população negra, por não ter formulado políticas específicas para os outrora escravizados após a abolição, relegando os negros à pobreza. Dentre as ações afirmativas no Brasil para a população que sofreu com a escravidão, é possível citar o Estatuto da

<sup>15</sup> CLP, 2019, pg. 01.

<sup>16</sup> OMNIA, 2020, pg. 01.

Igualdade Racial, a Lei de Cotas no Ensino Superior e as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Em 2014, a Lei 12.990 instituiu a reserva de 20% das vagas no serviço público federal para a população negra.

A primeira universidade brasileira a adotar o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Inicialmente, a reserva de vagas era de 50%. A partir de 2004, a divisão passou a ser: a) 20% das vagas para estudantes de escolas públicas; b) 20% para quem se autodeclara negro ou indígena; c) 5% para outras minorias étnicas, pessoas com deficiência ou filhos de agentes públicos. Assim, 45% das vagas da UERJ são destinadas a indivíduos em condições de vulnerabilidade social. A partir de 2012, com a promulgação da Lei de Cotas, todas as universidades e institutos federais passaram a reservar 50% de suas vagas a estudantes oriundos de escolas públicas.

Certamente, as políticas públicas de ações afirmativas têm contribuído para inserir no ensino superior, alunos que antes jamais teriam condições econômicas e sociais para financiar seu crescimento acadêmico. Alunos de camadas sociais pobres e discriminadas são beneficiados com cotas que promovem o crescimento, não apenas acadêmico, mas também social, pois estes, uma vez formados, têm um leque maior de opções de emprego e, conseqüentemente, de bem-estar social.

### **Considerações Finais**

O presente artigo tratou de analisar o desafio da inclusão social nas instituições de ensino superior brasileiras, sejam elas públicas ou privadas. A partir de pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender as dificuldades de alunos oriundos de camadas sociais carentes, para o seu ingresso e manutenção no meio universitário. O deficitário ensino fundamental e médio desses alunos, bem como sua insuficiência de recursos financeiros constituem-se em barreiras a serem transpostas. Para tanto, as instituições de ensino superior devem fazer uso da autonomia do ensino superior para promover a inserção universitária desses alunos. Tanto o Ensino à Distância, quanto as políticas públicas de ações afirmativas contribuíram para que alunos menos favorecidos socialmente também tivessem o privilégio de estudar em instituições de ensino superior.

Cabe à universidade brasileira, diante das leis promulgadas que visam à inserção de alunos carentes em seu corpo docente, envidar todos os esforços para que estes encontrem ambiente adequado para seu crescimento acadêmico e social.

Num país em que ainda há 25% de sua população pertencendo às camadas sociais mais baixas, sendo este segmento da população destituído de empregos formais, moradia digna e até mesmo de alimentação, é imprescindível que a universidade - seja ela pública ou privada - desenvolva estratégias que promovam a inserção, em seu meio, dos indivíduos menos assistidos socialmente, pelas mais variadas razões.

O país crescerá economicamente, à medida que sua população se tornar mais qualificada profissionalmente. Essa qualificação profissional será sempre o resultado de uma boa formação acadêmica visando atender às necessidades da sociedade. Para tanto, não apenas alguns privilegiados devem ingressar no ensino superior, mas todos quantos pertençam à sociedade e queiram se qualificar e se profissionalizar,

contribuindo, assim, para a sedimentação de uma sociedade mais justa, cujas desigualdades sociais sejam menos acentuadas.

Quando se compara o Brasil com outros países, no que diz respeito ao ensino superior, o Brasil se revela como um dos países com baixo número de pessoas com ensino superior completo. Certamente, esse baixo número de pessoas academicamente qualificadas afeta a produção econômica do país e, conseqüentemente, o bem-estar social da sociedade. O relatório *Education at a Glance*, publicado em 2019 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revela que apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm Ensino Superior completo, enquanto a média dos países que fazem parte da OCDE é em torno de 44%. Quando se analisa os números relativos aos brasileiros que concluíram os programas de mestrado e doutorado, os números são irrisórios. De acordo com o relatório *Education at a Glance*, publicado em 2019, apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos concluíram o mestrado, e 0,2% concluíram o doutorado.<sup>17</sup>

Tais dados revelam que o Brasil necessita investir bastante no ensino superior, principalmente no campo da pesquisa, área que envolve os programas de mestrado e doutorado. Enquanto o ensino superior for deficitário e apenas uma pequena parcela conseguir concluir um curso superior, o país será carente de mão de obra qualificada e, conseqüentemente, deficitário economicamente.

Políticas públicas que facilitem o ingresso de alunos no ensino superior, principalmente dos menos assistidos socialmente, trará grandes benefícios ao mercado de trabalho, pois incrementará a mão de obra qualificada, contribuindo, assim, para a melhoria dos índices econômicos do país, além de promover a diminuição das desigualdades sociais.

## Referências

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Origens da Universidade Brasileira. **Revista Química Nova**, Vol. 30, n. 7, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>> Acesso em: 5 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. 2017a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24)>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. 2017b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107)>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CENPEC – **Painel de desigualdades educacionais no Brasil**. Disponível em: <<https://desigualdadeseducacionais.cenpec.org.br/permanencia-escolar-resultados.php?contextos=estudante&sexo=masculino&raca=Branca&barreira=reprova-cao>> Acesso em: 16 set. 2022.

---

<sup>17</sup> OECD, 2019.

CLP. **Entendendo os conceitos básicos de políticas públicas**. São Paulo: CLP, 2019. Disponível em: <<https://www.clp.org.br/entendendo-os-conceitos-basicos-mlg2-de-politicas-publicas-mlg2/>> Acesso em: 08 out. 2022.

CNE. **PARECER CNE/CP Nº: 11/2020**, Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-CNE-CP-11-2020.pdf>> Acesso em: 8 out. 2022.

CRISTALDO, Heloisa. Censo: matrículas em cursos superiores de EAD superam presenciais. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <[https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-02/censo-matriculas-em-cursos-superiores-de-ead-superam-presenciais#:~:text=Segundo%20o%20Inep%2C%20esse%20fen%C3%B4meno,%2C6%25\)%2C%20pelos%20presenciais](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-02/censo-matriculas-em-cursos-superiores-de-ead-superam-presenciais#:~:text=Segundo%20o%20Inep%2C%20esse%20fen%C3%B4meno,%2C6%25)%2C%20pelos%20presenciais)> Acesso em: 23 set. 2022.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

DINIZ, Gabriel. **Entendendo os conceitos básicos de Políticas Públicas**. Centro de Liderança Pública - CDL, 2019. Disponível em: <[https://www.clp.org.br/entendendo-os-conceitos-basicos-mlg2-de-politicas-publicas-mlg2/?gclid=CjwKCAjwvsqZ-BhAIEiwAqAHEIX8B-IleR\\_IMKJOvrDSqAmMQO-MEUzgh1s5J50PBu0apgZVc6Xe63JBoCvFMQAvD\\_BwE](https://www.clp.org.br/entendendo-os-conceitos-basicos-mlg2-de-politicas-publicas-mlg2/?gclid=CjwKCAjwvsqZ-BhAIEiwAqAHEIX8B-IleR_IMKJOvrDSqAmMQO-MEUzgh1s5J50PBu0apgZVc6Xe63JBoCvFMQAvD_BwE)> Acesso em: 27/09/2022.

IBGE / PNAD. **Relatório Geral**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>> Acesso em 18 jun. 2021

ILHÉU, Taís. Brasil tem uma das piores taxas de Ensino Superior do mundo. **Revista Guia do Estudante**, São Paulo: Editora Abril, 2019. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/brasil-tem-um-das-piores-taxas-de-ensino-superior-do-mundo-diz-ocde/>> Acesso em: 05 out. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)> Acesso em: 18 jun. 2021.

INEP. **Censo Escolar**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>> Acesso em: 8 out. 2022.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente *in* DWYER, Tom... [et al.] **Jovens Universitários em um mundo em transformação**. Brasília: IPEA, 2016 Disponível em:

<<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7351/1/Jovens%20universitarios%20em%20um%20mundo%20em%20transformacao%20uma%20pesquisa%20sino-brasileira.pdf>> Acesso em: 8 out. 2022.

OECD. **Education at a Glance 2019: OECD Indicators**. OECD Publishing, Paris: 2019. Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019\\_f8d7880d-en#page4](https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en#page4)> Acesso em: 05 out. 2022.

QEDU. **Relatório Geral**. Disponível em: <[https://novo.qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageld=initial\\_years&year=2015](https://novo.qedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageld=initial_years&year=2015)> Acesso em: 16 set. 2022

OMNIA. **Mundo Educação**. São Paulo, 2020:UOL. <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm#:~:text=Al%C3%A9m%20da%20dimens%C3%A3o%20material%2C%20oportunizada,ciganos>> Acesso em: 08 out. 2022.

REZENDE, Milka de Oliveira. **Ações afirmativas**. Mundo Educação, Publicação UOL, 2021. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas.htm>> Acesso em: 27 set. 2022.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 5, 2019. Disponível em <<https://educacaopublica.ceci-erj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>> Acesso em: 05 out. 2022.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. Caxias do Sul-RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2007.

TRINDADE, Hégio (Org.). **Universidade em ruínas**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes/Porto Alegre-RS: CIPEDS, 1999.

UNICEF. **Trajórias de Sucesso Escolar: enfrentamento da cultura do fracasso escolar**. Brasília: UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021. Disponível em: <<https://trajoriaescolar.org.br/>> Acesso em: 8 out. 2022.